



ESTADO DE SERGIPE
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

Maternidade

A nota da Prefeitura Municipal de Aracaju sobre a MNSL falta com a verdade, do início ao fim. A maternidade "Nossa Senhora de Lourdes" foi inaugurada, às pressas, pelo governo João Alves, em dezembro de 2006.

Ocorre que a maternidade somente foi entregue pela OMF (Organização Mundial da Família), órgão que executou a obra, oficialmente, em 28 de março do ano de 2007.

A responsabilidade pela entrega do prédio, sem a conclusão da obra, sem pessoal (pasmem, sem ninguém para trabalhar), é do ex-governador João Alves, que desesperadamente tentava a reeleição.

Após o recebimento do prédio no dia 28 de março, as chuvas que ocorreram no período alagaram a maternidade.

Estudo promovido pela CEHOP constatou que a maternidade havia sido edificada num local em que preexistia uma lagoa natural e a macrodrenagem não havia sido realizada.

Então o Governo de Marcelo Déda, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, gerida por Rogério Carvalho, contratou obra de macrodrenagem em torno da maternidade para evitar novas ocorrências de alagamento no local.

Paralelamente à obra de macrodrenagem, foram necessárias também a realização de obras de adequação, ao se constatar que o teto da lavanderia cedeu, as bancadas de lavagem de utensílios de cozinha também cederam, bem como o projeto elétrico havia sido dimensionado para uma maternidade de baixo risco, ou seja, estava subdimensionado.

O governo João Alves, além de entregar as obras inacabadas, também não promoveu o necessário teste da capacidade elétrica do prédio, o que resultou - após a obra de drenagem e recuperação dos equipamentos de cozinha e lavanderia -, ao ligar todos os aparelhos para atestar a capacidade elétrica do prédio, num incêndio na "casa de força", em razão do subdimensionamento do cabo de energia da rua para abastecer a demanda de energia da maternidade, sendo necessária a execução de obras para promover a troca do cabo elétrico e os reparos que se fizeram necessários em decorrência do incêndio.

O governo João não realizou concurso público para contratação de pessoal, isso mesmo, não havia um só funcionário.

Em síntese, após a "inauguração" da obra inacabada pelo governo em dezembro de 2006 e a entrega oficial pela OMF em 28 de março de 2007, ocorreram os seguintes fatos:

1. Alagamento do terreno em que estava edificada a maternidade, oportunidade em que o novo Governo se obrigou a realizar obras de macrodrenagem do local.
2. Necessidade de realização de obras de adequação na lavanderia e na cozinha, em razão dessas instalações, por mal feitas, terem cedido antes mesmo do início de seu funcionamento.
3. Incêndio na "casa de força", cuja capacidade de suprimento de energia à maternidade havia sido subdimensionada, sendo realizada pelo novo Governo a troca do cabo de energia da rua e as obras de reparo por conta do incêndio.
4. O governo João Alves Filho não realizou concurso público para contratação de pessoal para a maternidade, nem qualificação do pessoal, o que foi realizado no Governo Déda.
5. A maternidade jamais funcionou no Governo João, e os atendimentos, durante a fase em que se fez necessária toda essa readequação, continuou sendo feito na Maternidade "Hildete Falcão Batista" e no Hospital "Santa Isabel".
6. A maternidade "Nossa Senhora de Lourdes" só passou a funcionar no Governo Déda, por obra e intervenção, de toda ordem, do Governo, a partir do mês de novembro do ano de 2007.

Todos os procedimentos foram acompanhados pelo Ministério Público Estadual e há registros na Secretaria Estadual de Saúde e MPSE a respeito de todos os trâmites.